



Interpeleção oral

Sobre a regulamentação e desenvolvimento de centros de apoio pedagógico complementar particulares

Nestes últimos anos, as famílias em que ambos os pais trabalham passaram a ser a principal estrutura familiar em Macau, e muitos pais são obrigados a recorrer a centros de apoio pedagógico complementar particulares (doravante designados por centros de explicações) para cuidar e supervisionar os trabalhos escolares dos seus filhos. Porém, o Decreto-lei n.º 38/98/M (Regime do licenciamento e fiscalização dos centros de apoio pedagógico complementar particulares) está em vigor há mais de 20 anos, não podendo assim responder, efectivamente, aos problemas inerentes ao funcionamento dos centros de explicações. Já em 2009 o Governo realizou três consultas públicas sobre o assunto, contudo, o texto da revisão legislativa ainda não foi concluído, não se podendo, por agora, reforçar a regulamentação dos centros de explicações.

A epidemia causada pelo novo tipo de coronavírus originou problemas nunca vistos no passado. Alguns encarregados de educação ficaram descontentes porque, segundo a notificação que receberam dos referidos centros, as explicações iam continuar depois da retoma das aulas se o pagamento fosse efectuado, como normalmente, e se fossem aceites os serviços prestados durante a epidemia. Visto que a vigente lei que regulamenta os



centros de explicações não permite que se intervenha nos pagamentos, é difícil para o Governo intervir efectivamente.

Segundo alguns operadores, no final de Janeiro, o Governo propôs a suspensão dos centros de explicações, para baixar os riscos da propagação da epidemia entre as crianças, e os operadores obedeceram a esta ordem do Governo. Como os salários dos empregados e as rendas são despesas regulares, a suspensão prolongada é uma grande pressão para os operadores. Os diversos ramos de actividades foram afectados, em maior e menor grau, por esta epidemia. Para incentivar o consumo, o Governo atribuiu os vales electrónicos de consumo, porém, os centros de explicações não estão entre os beneficiários. Como o Governo não lhes prestou apoio específico, têm de encontrar meios para evitar a falência. Mais, em dias normais, o Governo raramente se preocupa com o desenvolvimento dos centros de explicações. Estes consideram que, enquanto PME, precisam também de apoio para aumentar a qualidade e promover o seu desenvolvimento.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Na resposta, de 18 Novembro do ano passado, à interpelação apresentada por um Deputado, a Direcção dos Serviços de Educação (DSEJ) e Juventude afirma que “está a proceder à revisão do regime de licenciamento e fiscalização dos centros de apoio pedagógico complementar particulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38/98/M. Nos



termos do parecer da Direcção dos Serviços dos Assuntos de Justiça, em relação ao projecto do respectivo regulamento administrativo, a DSEJ vai dividir o conteúdo do projecto, elaborando uma lei e um regulamento administrativo complementar, procurando promover a celeridade, para que os trabalhos sejam concluídos com a maior brevidade possível"¹. Mas na realidade, em 2017, as autoridades afirmaram que iam procurar avançar com o processo legislativo naquele ano, afirmação que se mantém hoje. O Governo deve esclarecer, detalhadamente, o ponto de situação dos trabalhos. Vai fazê-lo? Quando é que vai acabar a proposta de lei e submetê-la à Assembleia Legislativa para apreciação?

2. Perante o surto repentino da epidemia, tanto os pais como os operadores não sabem o que fazer. Os pais entendem que continuar com os pagamentos é irracional, visto que os centros de explicações suspenderam a actividade. Porém, perante a pressão decorrente das despesas regulares, os centros de explicações têm de procurar meios para sobreviver. No relatório final da 3.ª fase da consulta pública, as autoridades afirmam que "as propinas são reguladas pelo mercado, mas para proteger adequadamente os direitos e interesses dos pais, a DSEJ elaborou orientações sobre as propinas dos centros de explicações"². Porém, é impossível tratar este tipo de caso extraordinário. Depois desta epidemia, as autoridades vão ajustar as orientações sobre estas propinas? Como é

¹ Resposta da Direcção dos Serviços de Educação à interpelação escrita de um Deputado à Assembleia Legislativa, 18 de Janeiro de 2019, <https://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2019-12/964885df9e0f4ae78a.pdf>

² Relatório final da 3.ª fase da consulta pública sobre o Regime de licenciamento e fiscalização dos centros de apoio pedagógico complementar particulares, Junho de 2015.

IO-2020-04-16-Wong Kit Cheng (P)-SL-APN



que se vão equilibrar os direitos e interesses dos pais e dos operadores dos centros de explicações?

3. Os centros de explicações são PME, e segundo os operadores, com os serviços que prestam partilham muitas responsabilidades dos pais e das famílias nos cuidados e na educação dos seus filhos, desempenhando assim uma função social relevante. Assim, desejam que o Governo os apoie, para impulsionar o seu desenvolvimento. Além da fiscalização e da penalização, as autoridades devem aumentar a qualidade dos centros de explicações e dos seus operadores, no sentido de melhorar as técnicas na orientação dos alunos, reforçando a ética profissional e o sentido de segurança. De que medidas dispõem as autoridades para o efeito?

16 de Abril de 2020

**A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Wong Kit Cheng**